

Joel de Menezes Niebuhr

LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO ADMINISTRATIVO

5ª edição revisada e ampliada

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

Público-alvo/consumidores
AGENTES PÚBLICOS QUE TRABALHAM COM
LICITAÇÃO PREGOEIROS ASSESSORES E
PROCURADORES DE ÓRGÃOS E ENTIDADES
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ADVOGADOS
PRIVADOS QUE MILITAM NA ÁREA DE
LICITAÇÕES E CONTRATOS.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10003217



- é obra consagrada, que, nesta 5ª edição, trata da Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações, de forma sistemática e completa. A linguagem é clara e a abordagem é prática, com análise crítica da jurisprudência dos órgãos de controle. O livro é indispensável para os que militam na área, agentes administrativos, advogados públicos e privados, magistrados, membros do Ministério Público e estudantes.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

N6651	Niebuhr, Joel de Menezes
	Licitação pública e contrato administrativo / João Joel de Menezes Niebuhr. – 5. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2022. 1247 p. ; 17cm x 24cm.
	ISBN: 978-65-5518-330-6
	1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Licitações. 4. Contratos Administrativos. I. Título.
2022-168	CDD: 341.3 CDU: 342.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 1247 p. ISBN 978-65-5518-330-6.

Joel de Menezes Niebuhr é Advogado especializado em licitações e contratos, sócio da Menezes Niebuhr Sociedade de Advogados. Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP. Mestre em Direito pela UFSC. Autor dos livros *Princípio da Isonomia na Licitação Pública* (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000); *O Novo Regime Constitucional da Medida Provisória* (São Paulo: Dialética, 2001); *Registro de Preços: aspectos práticos e jurídicos* (2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, em coautoria com Edgar Guimarães); *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública* (4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015), *Licitações e Contratos das Estatais* (Belo Horizonte: Fórum, 2018, em coautoria com Pedro de Menezes Niebuhr); *Pregão Presencial e Eletrônico* (8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019); *Regime Emergencial de Contratação Pública para o enfrentamento à pandemia de Covid-19* (Belo Horizonte: Fórum, 2020) e *Licitação Pública e Contrato Administrativo* (5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022), além de diversos artigos e ensaios publicados em revistas especializadas

CAPÍTULO 1	
REGIME CONSTITUCIONAL DA LICITAÇÃO PÚBLICA E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	
	29
1	A supremacia constitucional sobre a licitação pública e o contrato administrativo.....
	29
2	Normas constitucionais sobre licitação pública e contrato administrativo
	30
2.1	Caput do artigo 5º da Constituição Federal: o princípio da isonomia como gênese da licitação pública
	30
2.2	A licitação pública diante da tensão entre as formalidades decorrentes do princípio da isonomia e da proteção ao interesse público e a busca pela proposta mais vantajosa
	33
2.3	Inciso XXVII do artigo 22 da Constituição Federal.....
	37
2.4	Inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal
	38
2.4.1	Obrigatoriedade de licitação pública e excepcionalidade da contratação direta ..
	39
2.4.2	Intangibilidade da equação econômica e financeira.....
	41
2.4.3	Princípio da competitividade.....
	42
2.5	Inciso III do §1º do artigo 173 da Constituição Federal
	43
2.6	Caput do artigo 175 da Constituição Federal
	44
CAPÍTULO 2	
REGIME LEGAL DA LICITAÇÃO PÚBLICA E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	
	49
1	Legislação sobre licitação pública e contrato administrativo
	49
1.1	A competência da União para dispor sobre as normas gerais de licitação pública e contrato administrativo
	49
1.2	O regime “antigo” de licitação pública e contrato administrativo: a Lei n. 8.666/1993, a Lei n. 10.520/2002 e a Lei n. 12.462/2011
	50
1.3	O regime de licitação pública e contrato das empresas estatais: Lei n. 13.303/2016
	52
1.4	Legislação esparsa sobre licitação pública e contrato administrativo
	53
1.5	O regime “novo” de licitação pública e contrato administrativo: a Lei n. 14.133/2021
	53
2	Vigência da Lei n. 14.133/2021 e regime de transição
	54
2.1	Vigência
	54
2.2	Período de convivência entre a Lei n. 14.133/2021 e o regime antigo
	54
2.3	A vedação à combinação entre os regimes novo e antigo de licitação pública e contrato administrativo.....
	56
2.4	O regime de transição dos contratos
	58
2.5	Licitações sob o regime antigo iniciadas e não concluídas no biênio
	59
2.6	Contratação direta
	63
2.7	A revogação imediata dos crimes da Lei n. 8.666/1993
	65
2.8	Regras especiais para municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes
	65
3	Entidades obrigadas a realizar licitação pública
	66
3.1	Administração direta e indireta
	66
3.1.1	Exceções à regra da obrigatoriedade de licitação para entidades da Administração direta e indireta
	68
3.2	Empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias
	70
3.3	Entidades do terceiro setor
	72
3.4	Conselhos profissionais
	77
3.5	Ordem dos Advogados do Brasil.....
	77
3.6	Serviços sociais autônomos.....
	79
CAPÍTULO 3	
PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	
	81
1	Princípios jurídicos
	81
2	Princípios jurídicos da licitação pública e do contrato administrativo
	87
3	Princípio da isonomia.....
	88
4	Princípios da eficiência, da eficácia, da economicidade e da celeridade.....
	90
5	Princípio da legalidade.....
	93
6	Princípio da vinculação ao edital.....
	94
7	Princípios da moralidade e da probidade.....
	96
8	Princípio da publicidade.....
	98
9	Princípio da competitividade.....
	101
10	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....
	103

11	Princípio do julgamento objetivo	105
12	Princípio da impessoalidade	106
13	Princípio da segregação de funções	107
14	Princípio do planejamento	110
15	Princípio da segurança jurídica.....	113
16	Princípio do interesse público	116
17	Princípio da motivação.....	119
18	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.....	122

CAPÍTULO 4

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA		125
1	As modalidades de contratação direta: inexigibilidade e dispensa de licitação pública	125
2	A norma constitucional que reconhece a licitação pública como regra e a contratação direta como exceção	127
3	Processo de contratação direta	131
4	Os agentes que devem participar da condução de processo de contratação direta	134
5	Definição do objeto da contratação direta.....	136
6	Projeto básico para contratação emergencial.....	137
7	Estimativa de despesas e previsão de recursos orçamentários	140
8	Seleção do contratado	143
8.1	O direito dos interessados de apresentarem propostas em processo de contratação direta.....	146
8.2	Qualificação do contratado.....	148
9	Parecer jurídico	149
10	Autorização da autoridade competente.....	149
11	Publicação.....	150
12	Dispensa de licitação eletrônica	150

CAPÍTULO 5

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA.....		155
1	Considerações gerais.....	155
2	Exclusividade do contratado	156
2.1	Abrangência da exclusividade para compras, serviços e todos os gêneros de contratação em que se verifique a exclusividade.....	156
2.2	A compreensão dos diversos tipos de singularidade	157
2.3	O critério administrativo para a definição do objeto exclusivo	159
2.4	Limitação geográfica da exclusividade	167
2.5	Comprovação da exclusividade	168
2.5.1	Comprovação da exclusividade por meio de cartas patentes	172
3	Inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos	177
4	Serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular	184
4.1	Considerações gerais.....	184
4.2	A lista de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual é meramente exemplificativa	185
4.3	A distinção entre serviços exclusivos e serviços singulares.....	187
4.4	A obrigatoriedade da qualificação do serviço como singular diante da redação do inciso III do artigo 74 da Lei n. 14.133/2021	190
4.5	Notória especialização	196
4.6	Inexigibilidade para contratação de serviços jurídicos ou advocatícios.....	202
4.6.1	Excepcionalidade da contratação de advogados estranhos aos quadros da Administração Pública.....	205
4.6.2	A jurisprudência sobre a contratação de advogados por inexigibilidade de licitação pública	209
4.6.3	A presunção de singularidade dos serviços advocatícios prestados por notórios especialistas prescrita no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n. 8.904/1994)	215
5	Inexigibilidade em decorrência de credenciamento.....	221
5.1	A hipótese tradicional de credenciamento diante da ausência de relação de exclusão	222
5.2	A hipótese de credenciamento para objetos insertos em mercados fluidos	229
5.3	Procedimento de credenciamento.....	230
6	Inexigibilidade em contratos interadministrativos.....	231
6.1	Autarquias e fundações	233
6.2	Empresas públicas e sociedades de economia mista	234
6.2.1	Contratação de empresas públicas e sociedades de economia mista para a prestação de atividade econômica em sentido estrito.....	235
6.2.2	Contratação de empresas públicas e sociedades de economia mista para a prestação de serviços públicos	236
6.2.3	Contratação de empresas públicas e sociedades de economia mista para prestarem atividades administrativas instrumentais.....	238

6.3	Concessionário e permissionário de serviço público	241
-----	--	-----

CAPÍTULO 6

DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA		243
1	Considerações gerais.....	243
2	Dispensa em razão do valor do contrato.....	245
2.1	Noções gerais.....	245
2.2	Desproporcionalidade dos valores prescritos pelo legislador	248
2.3	Valor-limite de dispensa de licitação é norma geral?.....	251
2.4	Conceito de obras e serviços de engenharia.....	253
2.5	Previsão casuística e arbitrária dos serviços de manutenção de veículos automotores no inciso I do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021	254
2.6	Conceito de serviços de manutenção de veículos automotores.....	255
2.7	Fracionamento indevido do objeto	257
2.8	Fracionamento indevido do objeto para a contratação de serviços de manutenção de veículos automotores	261
2.9	Situações imprevisíveis.....	263
2.10	As alterações contratuais e os limites das dispensas dos incisos I e II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021	263
2.11	A prorrogação de contratos e os limites das dispensas dos incisos I e II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021	266
2.12	Dispensa de licitação em razão do valor do contrato e a preferência a microempresas e empresas de pequeno porte	267
3	Dispensa em razão de licitação fracassada.....	269
4	Dispensa em razão do objeto.....	272
4.1	Peças para manutenção de equipamentos	272
4.2	Acordo internacional.....	273
4.3	Produtos para pesquisa e desenvolvimento	276
4.4	Transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida	276
4.5	Gêneros perecíveis	278
4.6	Bens e serviços que envolvam alta tecnologia e defesa nacional.....	279
4.7	Aquisição de bens padronizados pelas Forças Armadas	280
4.8	Dispensa para atender contingentes militares empregados em operação de paz.....	281
4.9	Dispensa para atender a efetivos militares em estada de curta duração	281
4.10	Dispensa para a contratação de associação ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis	282
4.11	Dispensa para a aquisição ou restauração de obras de arte e de objetos históricos	283
4.12	Dispensa para contratação de objetos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas conforme a Lei de Combate às Organizações Criminosas....	283
4.13	Dispensa para a aquisição de medicamentos para o tratamento de doenças raras.....	284
5	Dispensa para contratação de inovação e pesquisa científica e tecnológica.....	285
6	Dispensa para contratação que possa comprometer a segurança nacional.....	288
7	Dispensa provocada por guerra ou grave perturbação da ordem	289
8	Dispensa em razão de emergência	290
8.1	Noções gerais.....	290
8.2	Caracterização da situação emergencial.....	294
8.3	Emergência provocada pela desídia de agentes administrativos	298
8.4	Preço de contratos emergenciais.....	299
8.5	Prazo do contrato firmado em razão de situação emergencial	301
9	Dispensa para contratos interadministrativos	304
10	Dispensa para intervenção no domínio econômico	305
11	Dispensa para a celebração de contratos de programa.....	306
12	Transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS)	306
13	Contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critério de técnica	308
14	Dispensa para a contratação de associação de portadores de deficiência física ..	309
15	Dispensa para a contratação de instituição de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação ...	310
16	Aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação dedicada a apoiar a Administração Pública.....	314

CAPÍTULO 7

DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA PARA A DISPOSIÇÃO DE BENS PÚBLICOS		317
1	Considerações gerais.....	317
2	Dação em pagamento.....	319
3	Doação.....	321

4	Permuta	324
5	Investidura	327
5.1	Investidura para imóveis lindeiros	327
5.2	Investidura para imóveis anexos a usinas hidrelétricas	329
6	Venda de bens a outro órgão administrativo	331
7	Imóveis utilizados em programas de interesse social	332
8	Outras questões fundiárias	335
9	Venda de ações e de títulos	337
10	Venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades administrativas	337
11	Venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível	339
12	Concessão de direito real de uso	339

CAPÍTULO 8

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COMO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA.....

		343
1	Panorama geral sobre a utilização das licitações e contratos como instrumentos de políticas públicas	343
1.1	A promoção de políticas públicas como uma das finalidades das licitações e contratos administrativos	343
1.2	Ressalvas em relação à utilização das licitações e contratos administrativos como instrumentos de política pública	345
1.3	A promoção de políticas públicas na Lei n. 14.133/2021	350
2	Regime de privilégios concedidos em favor das microempresas e empresas de pequeno porte	353
2.1	Breve contextualização normativa	353
2.1.1	Órgãos e entidades administrativas obrigadas a conceder os benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte	356
2.1.2	As discussões sobre a constitucionalidade dos privilégios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte	356
2.2	O enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte e as fraudes recorrentes	357
2.2.1	O enquadramento como microempresas e empresas de pequeno porte em razão da receita bruta	357
2.2.1.1	O desenquadramento como microempresas e empresas de pequeno porte em razão da receita bruta	359
2.2.1.2	Direito à revisão do contrato em razão da exclusão do regime das microempresas e empresas de pequeno porte	363
2.2.2	O enquadramento de microempresas e empresas de pequeno porte coligadas ou congêneres	364
2.2.3	Os limites para usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 em licitações e contratos administrativos prescritos na Lei n. 14.133/2021	365
2.2.4	As fraudes recorrentes	367
2.3	Regularidade fiscal e trabalhista	372
2.4	Direito de preferência às microempresas e às empresas de pequeno porte em licitação pública	376
2.4.1	A aplicação do direito de preferência nas licitações julgadas pelo critério da técnica e preço e a não aplicação em relação às licitações julgadas pelo critério da melhor técnica ou conteúdo artístico	378
2.4.2	Procedimento para o exercício do direito de preferência	379
2.4.3	Procedimento para o direito de preferência nas licitações julgadas sob o critério da técnica e preço	380
2.5	Tratamento diferenciado e simplificado	381
2.5.1	Licitação destinada exclusivamente às microempresas e às empresas de pequeno porte e sua inconstitucionalidade	382
2.5.2	Licitação exclusiva deserta	384
2.5.3	Definição de licitação exclusiva em licitação para registro de preços com quantitativos previstos para órgão gerenciador, órgãos participantes e órgãos não participantes	386
2.5.4	Licitação com cota reservada e sua inconstitucionalidade	387
2.5.4.1	A cota reservada de até 25% deve ser limitada a R\$80.000,00	389
2.5.4.2	Cota reservada e registro de preços ou compras com entregas parceladas	393
2.5.4.3	Licitação exclusiva ou com cota reservada não autoriza sobrepreço	395
2.5.5	Subcontratação compulsória de microempresa e empresa de pequeno porte e sua inconstitucionalidade	396
2.5.6	Prioridade do tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente	399
2.5.7	Hipóteses excludentes do tratamento diferenciado e simplificado	403
2.5.7.1	Inexistência de três microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente capazes de cumprir as exigências do edital	403
2.5.7.2	Desvantagem do tratamento diferenciado e simplificado	405
2.5.8	Licitação dispensável ou inexigível	408
2.6	Cédula de crédito microempresarial	409

2.7	A apresentação de balanço patrimonial por parte das microempresas e empresas de pequeno porte como condição de habilitação	410
3	Licitações sustentáveis sob a perspectiva ambiental/ecológica.....	411
4	Margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais.....	417
4.1	Discricionariedade para a aplicação da margem de preferência.....	419
4.2	A definição da margem de preferência	419
4.3	Medidas de compensação.....	422
5	A preferência para bens e serviços de informática nacionais.....	423
5.1	Preferência e restrição de acesso às licitações e contratos administrativos em favor de bens e serviços de informática nacionais.....	423
5.2	Inconstitucionalidade da restrição de acesso à licitação apenas aos que cumprem o Processo Produtivo Básico.....	425
5.3	Entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o Processo Produtivo Básico e sobre a inconstitucionalidade da restrição de acesso às licitações e contratos administrativos.....	427
5.4	O direito de preferência previsto no Decreto n. 7.174/2010	431
6	A concorrência entre preferências.....	432

CAPÍTULO 9

ETAPA PREPARATÓRIA	439	
1	O princípio do planejamento e a etapa preparatória das licitações e dos contratos administrativos.....	439
2	A inspiração burocrática disfuncional	440
3	Governança.....	442
3.1	Governança de acordo com a Lei n. 14.133/2021	442
3.2	Governança de acordo com a Portaria Seges/ME n. 8.678/2021	446
4	Plano de Contratações Anual	448
5	Estudo técnico preliminar	452
6	Documentos técnicos que devem acompanhar o edital	453
6.1	Termo de referência.....	454
6.2	Projeto básico	457
6.2.1	Adequado tratamento do impacto ambiental.....	458
6.3	Projeto executivo.....	460
6.4	Anteprojeto.....	461
7	Condicionantes da Lei n. 14.133/2021 sobre o objeto das licitações e dos contratos administrativos.....	462
7.1	Descrição do objeto da licitação	462
7.2	Proibição de aquisição de artigos de luxo	465
7.3	Aderência às normas técnicas e certificações	466
7.4	Padronização.....	468
7.5	Exigência de marcas.....	472
7.6	Carta de solidariedade do fabricante	474
7.7	Previsão de quantitativos	476
7.8	O princípio do parcelamento do objeto, adjudicação por itens, lotes ou preço global.....	477
7.9	Contratação simultânea	482
8	Orçamento estimado e adequação orçamentária.....	483
8.1	A importância do orçamento estimado.....	483
8.2	Orçamento estimado e preço máximo	485
8.3	Momento de definir o orçamento estimado	485
8.4	Procedimento para realizar a pesquisa de preços.....	486
8.5	Critério para definir o orçamento estimado	492
8.6	Orçamento estimado em obras e serviços de engenharia	494
8.7	Orçamento estimado em contratação integrada e semi-integrada.....	496
8.8	Orçamento estimado em contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC).....	498
8.9	Orçamento estimado em contratação de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva.....	498
8.10	A competência discricionária para decretar o sigilo sobre o orçamento estimado.....	499
8.11	Adequação orçamentária	501
8.12	Cumprimento dos incisos I e II do <i>caput</i> do artigo 16 da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).....	502
9	Definição do regime de execução	503
9.1	Considerações gerais.....	503
9.2	Empreitada por preço unitário e global	504
9.3	Empreitada integral	507
9.4	Tarefa	508
9.5	Contratação integrada e contratação semi-integrada	508
9.5.1	Contratação integrada.....	511
9.5.1.1	Requisitos para a utilização da contratação integrada	513
9.5.2	Contratação semi-integrada.....	517
9.6	Fornecimento e prestação de serviço associado	519

10	Edital.....	521
10.1	Motivação circunstanciada das condições do edital.....	523
11	Análise de risco e matriz de risco.....	524
11.1	Análise de risco do metaprocesso de contratação pública.....	524
11.2	Análise de riscos dos processos específicos de contratação pública.....	525
11.3	Matriz de alocação de riscos.....	526
12	Procedimento de manifestação de interesse.....	531
13	Aprovação jurídica.....	534

CAPÍTULO 10

COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DOS AGENTES

ADMINISTRATIVOS QUE ATUAM EM LICITAÇÃO PÚBLICA.....		537
1	Administração Pública do medo.....	537
2	A importância da LINDB em relação à responsabilização de agentes públicos e a frustração de suas normas em razão da interpretação dos órgãos de controle	542
3	Agentes administrativos atuantes nas licitações públicas.....	549
3.1	Agentes administrativos atuantes nas licitações públicas de acordo com a Lei n. 8.666/1993 e a Lei n. 10.520/2002.....	549
3.2	Agentes administrativos atuantes nas licitações públicas de acordo com a Lei n. 14.133/2021.....	550
3.3	Autoridade competente.....	551
3.3.1	Quem é a autoridade competente?.....	551
3.3.2	As atribuições da autoridade competente.....	552
3.3.2.1	A designação dos agentes administrativos por parte da autoridade competente.....	553
3.3.3	Responsabilidade da autoridade competente.....	555
3.4	Agente de contratação, pregoeiro e comissão de contratação.....	560
3.4.1	A designação para atuar como agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação.....	560
3.4.2	As atribuições do agente de contratação, do pregoeiro e da comissão de contratação.....	564
3.4.3	A responsabilidade do agente de contratação, do pregoeiro e da comissão de contratação.....	566
3.5	Equipe de apoio.....	569
3.6	Assessoria jurídica.....	570
3.6.1	Atribuições da assessoria jurídica.....	570
3.6.2	Dispensa de análise jurídica.....	572
3.6.3	O conteúdo do parecer jurídico.....	574
3.6.4	O parecer jurídico não é vinculante.....	576
3.6.5	A responsabilidade do assessor jurídico pela emissão de parecer jurídico.....	578
3.6.5.1	A inviolabilidade constitucional dos advogados por seus atos e manifestações no exercício da profissão.....	578
3.6.5.2	O protagonismo do artigo 184 do Código de Processo Civil: advogados públicos somente podem ser responsabilizados em razão dos seus atos e manifestações no exercício da profissão em casos de dolo ou fraude.....	580
3.6.5.3	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	582
3.6.5.4	A jurisprudência do Tribunal de Contas da União.....	585
3.6.6	A responsabilidade dos agentes administrativos que decidem com base em pareceres jurídicos.....	589
3.7	O dever da advocacia pública de promover a defesa de agentes administrativos que atuaram em estrita observância de orientação constante de parecer jurídico.....	594
3.7.1	Seguro de responsabilidade.....	596
4	Conflito de interesses.....	597

CAPÍTULO 11

MODALIDADES DE LICITAÇÃO PÚBLICA.....		603
1	Considerações gerais.....	603
1.1	Panorama histórico das modalidades de licitação até o advento da Lei n. 14.133/2021.....	603
1.2	Panorama geral das modalidades de licitação na Lei n. 14.133/2021.....	605
1.3	Modalidades especiais de licitação.....	606
2	O critério determinante para a utilização das modalidades pregão e concorrência: bens e serviços comuns e especiais.....	607
2.1	Considerações gerais.....	607
2.2	Bens e serviços comuns.....	608
2.3	Bens e serviços especiais.....	611
2.4	A preferência à modalidade pregão.....	613
2.4.1	Modalidade pregão obrigatória para bens e serviços comuns.....	615
2.5	As modalidades adequadas para obras e serviços de engenharia.....	616
2.5.1	Perspectiva histórica diante da Lei n. 10.520/2002.....	616

2.5.2	As modalidades adequadas para obras e serviços de engenharia de acordo com a Lei n. 14.133/2021.....	620
2.5.3	Serviços de engenharia consultiva.....	622
2.6	Serviços de natureza predominantemente intelectual.....	623
2.7	Contratações de tecnologia da informação e de comunicação.....	624
2.8	A modalidade pregão venceu.....	626
3	Concurso.....	627
4	Leilão.....	628
5	Diálogo competitivo.....	630
5.1	Considerações gerais.....	630
5.2	Outros instrumentos de diálogo em contratação pública.....	631
5.3	Cabimento da modalidade diálogo competitivo.....	633
5.4	Procedimento da modalidade diálogo competitivo.....	634
6	Modalidade especial de licitação da Lei Complementar n. 182/2021.....	637
6.1	Considerações gerais.....	637
6.2	Cabimento da modalidade especial de licitação da Lei Complementar n. 182/2021.....	638
6.3	Características da modalidade especial de licitação da Lei Complementar n. 182/2021.....	639
7	Modalidade especial para a contratação de serviços de publicidade.....	641
7.1	Características da modalidade especial de licitação para a contratação de serviços de publicidade.....	642

CAPÍTULO 12

	PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DA LEI N. 14.133/2021.....	649
1	A estrutura procedimental da Lei n. 14.133/2021.....	649
2	Licitação eletrônica e presencial.....	654
2.1	Considerações gerais.....	654
2.2	As vantagens da licitação eletrônica em relação à presencial.....	655
2.3	Desvantagens da licitação eletrônica em relação à presencial.....	658
2.4	Preferência à licitação eletrônica.....	660
3	Edital.....	664
3.1	Princípio da vinculação ao edital.....	664
3.2	Publicidade do edital.....	664
3.3	Prazo de publicidade dos avisos de editais.....	665
3.4	Alterações no edital.....	667
3.5	Impugnação e pedidos de esclarecimento sobre o edital.....	668
3.6	Contestação judicial do edital por licitante ou interessado que não o impugnou a tempo.....	669
4	Saneamento de vícios.....	670
4.1	Formalidades.....	670
4.2	Saneamento de vícios: panorama histórico até o advento da Lei n. 14.133/2021.....	672
4.3	Saneamento de vícios na Lei n. 14.133/2021.....	678
4.4	A posição do Tribunal de Contas da União diante da Lei n. 14.133/2021.....	680
4.5	O dever-poder geral de diligência.....	683
4.6	A obrigatoriedade de observância aos princípios da publicidade e do contraditório na realização de diligência.....	686
5	Recursos.....	687
6	Encerramento da licitação.....	691
6.1	Autoridade superior.....	691
6.2	Adjudicação e homologação.....	692
6.3	A anulação é medida excepcional.....	693
6.4	A revogação é medida excepcional.....	696
6.5	Contraditório e ampla defesa como condição para o desfazimento da licitação.....	697
6.6	A anulação ou revogação promovida pela autoridade na fase de homologação implica dever de indenização.....	700

CAPÍTULO 13

	AS RESTRIÇÕES AO DIREITO DE ACESSO ÀS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	701
1	Considerações gerais.....	701
2	Impedimento para participar de licitações e celebrar contratos administrativos.....	702
2.1	Considerações gerais.....	702
2.2	As hipóteses de impedimento são taxativas.....	702
2.3	Impedimento para os autores dos projetos ou documentos equivalentes.....	705
2.4	Impedimento para agentes públicos e para pessoas com vínculos especiais com agentes públicos.....	709
2.4.1	Considerações gerais.....	709
2.4.2	Vínculos especiais de parentesco.....	710
2.4.3	Vínculos especiais de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil.....	711

2.5	Impedimento em razão de aplicação de sanção administrativa e desconsideração da personalidade jurídica	712
2.6	Impedimento de participação de empresas controladoras, controladas ou coligadas.....	717
2.7	Impedimento de participação de pessoas condenadas judicialmente por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.....	719
3	Participação de empresas em consórcio	720
3.1	Discrecionabilidade para permitir a participação de empresas em consórcio.....	720
3.2	Limitação da quantidade de integrantes do consórcio e do percentual de participação das empresas consorciadas.....	721
3.3	A constituição do consórcio e regras internas de funcionamento	723
3.3.1	Responsabilidade solidária	723
3.3.2	Liderança	726
3.4	Acréscimo para a habilitação econômico-financeira de consórcio.....	727
3.5	Substituição de consorciado	728
4	Participação de empresas estrangeiras.....	730
4.1	Licitação internacional	730
4.2	Igualdade de condições para licitantes nacionais e estrangeiros.....	731
4.3	Licitações financiadas com recursos de organismos internacionais	734
5	Participação de cooperativas.....	736
6	Participação de pré-qualificados	741

CAPÍTULO 14

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	745	
1	Princípio do julgamento objetivo	745
2	Modos de disputa: aberto, fechado e combinado.....	745
2.1	Procedimentos em relação aos modos de disputa	746
2.2	Etapa de lances	747
3	Critérios de licitação.....	747
3.1	Considerações gerais.....	747
3.2	Menor preço	747
3.3	Maior desconto.....	748
3.4	Maior lance	749
3.5	Maior retorno econômico	750
3.6	Melhor técnica ou conteúdo artístico.....	753
3.7	Técnica e preço	755
3.8	Critérios para o estabelecimento das notas técnicas	759
3.9	Ciclo de vida.....	765
4	Desempate.....	768
5	Verificação da conformidade das propostas.....	771
5.1	Considerações gerais.....	771
5.2	Momento para verificar a conformidade da proposta e em relação a quais licitantes	772
5.3	Apenas as propostas com vícios insanáveis podem ser desclassificadas.....	775
5.3.1	A oportunidade de saneamento antecede a desclassificação	775
5.4	Verificação da conformidade das propostas em relação ao objeto	776
5.4.1	Amostras ou provas de conceito	776
5.4.1.1	Amostras e prova de conceito em licitação eletrônica.....	779
5.4.2	Certificação de qualidade.....	780
5.4.3	Declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível equivalente ou superior que tenha adquirido o produto	781
5.5	Verificação da conformidade das propostas em relação ao preço.....	782
5.5.1	Desclassificação de propostas de valores excessivos.....	782
5.5.2	Negociação	784
5.5.3	Desclassificação de propostas inexequíveis	787
5.5.4	Desclassificação de proposta inexequível em licitação destinada a obra e serviço de engenharia	789
5.5.4.1	O percentual do §4º do artigo 59 da Lei n. 14.133/2021 aplicado às licitações com etapa de lances	790
5.5.4.2	O cálculo prescrito no §4º do artigo 59 da Lei n. 14.133/2021 pode ser utilizado como subsídio para identificar proposta inexequível em licitações que não tenham por objeto obra e serviço de engenharia.....	791
5.5.5	Desclassificação de proposta em razão da inexequibilidade ou da excessividade de preço unitário	793

CAPÍTULO 15

HABILITAÇÃO	797	
1	Conceito de habilitação.....	797
2	Princípio da competitividade.....	797
3	Procedimento para a habilitação na Lei n. 14.133/2021	800

3.1	A ordem procedimental entre julgamento das propostas e habilitação	800	
3.2	Preclusão administrativa sobre a habilitação	801	
3.3	Saneamento de vícios e diligências em habilitação	802	
3.4	A exceção procedimental tocante à regularidade fiscal	803	
4	Requisitos e medidas de pré-habilitação	803	
4.1	Declaração de atendimento dos requisitos de habilitação	803	
4.2	Garantia	804	
4.3	Registro cadastral	805	
5	Documentos de habilitação na Lei n. 14.133/2021	807	
5.1	Dispensa de documentos de habilitação	807	
5.2	Inexistência de discricionariedade para exigir outros documentos que não os previstos na Lei n. 14.133/2021	809	
5.3	Forma de apresentação dos documentos de habilitação	810	
6	Habilitação jurídica	811	
7	Regularidade fiscal, social e trabalhista	813	
7.1	Desvio de finalidade em relação às exigências de regularidade fiscal, social e trabalhista	813	
7.2	Regularidade e quitação	814	
7.3	Documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista	814	
7.4	Sede ou domicílio do licitante	815	
7.5	Pertinência das certidões de regularidade fiscal com o objeto da licitação	815	
7.6	As certidões de regularidade e sua verificação por meio eletrônico	817	
7.7	Certidão de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal	818	
7.8	A certidão negativa de débitos trabalhistas	818	
7.9	Cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal	819	
8	Qualificação técnica	820	
8.1	Considerações gerais	820	
8.2	Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional	821	
8.3	Comprovação de experiência por meio de atestados e outros documentos	822	
8.3.1	Limitação legal da comprovação de experiência técnico-profissional a obra e serviço	823	
8.3.2	Limitação legal da comprovação de experiência técnico-operacional a serviço ..	824	
8.3.3	Comprovação da experiência em obra e serviço de engenharia	826	
8.3.4	Desnecessidade de que o profissional a que faz referência o atestado de capacidade técnica profissional faça parte do quadro permanente do licitante ..	827	
8.3.5	Substituição do profissional referido no atestado de capacitação técnica	829	
8.3.6	Os atestados de capacitação técnica somente podem referir-se a parcelas relevantes e de valor significativo do objeto do contrato	830	
8.3.7	Exigência de quantitativos mínimos	832	
8.3.8	Exigência de atestados com limitações de tempo e de localidades	834	
8.3.9	Somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado	835	
8.3.10	Atestados em nome de potencial subcontratada	836	
8.3.11	Compartilhamento de experiência por empresas integrantes do mesmo grupo empresarial	838	
8.3.12	Transferência de acervo técnico em razão de processos de reestruturação societária como fusão, cisão ou incorporação	839	
8.3.13	A qualificação técnica do consórcio	840	
8.3.14	A utilização pelas empresas consorciadas dos atestados emitidos em nome do consórcio	842	
8.3.15	Experiência desabonadora	844	
8.4	Disponibilidade de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados	845	
8.4.1	Disponibilidade de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados com localização prévia	847	
8.5	Atendimento de exigências previstas em lei especial	848	
8.6	Inscrição na entidade profissional competente	849	
8.7	Declaração de conhecimento das informações e condições locais	852	
9	Qualificação econômico-financeira	854	
9.1	Considerações gerais	854	
9.2	Balanco patrimonial	855	
9.2.1	Formalidades para a apresentação do balanço patrimonial	855	
9.3	Coeficientes e índices econômicos	857	
9.4	Capital social e patrimônio líquido mínimo	860	
9.5	Relação de compromissos	861	
9.6	Certidão negativa de falência	863	
9.6.1	A habilitação de empresas em recuperação judicial	863	
9.6.2	Qualificação econômico-financeira do consórcio	865	
CAPÍTULO 16			
REGISTRO DE PREÇOS			867
1	Noções gerais	867	
2	A Administração não é obrigada a firmar os contratos decorrentes da ata de registro de preços	869	
3	Legislação sobre registro de preços	872	

3.1	Registro de preços é autoaplicável	872
4	Cabimento do registro de preços	873
4.1	Discricionariedade para a adoção do registro de preços	873
4.2	Registro de preços para serviços, inclusive contínuos.....	875
4.3	Registro de preços para obras e serviços de engenharia	877
5	Licitação para promover registro de preços	880
5.1	Previsão de quantitativos	881
5.2	Desnecessidade de adequação orçamentária para lançar licitação de registro de preços	882
5.3	Intenção de registro de preços: registro de preços compartilhado por mais de um órgão ou entidade administrativa.....	885
5.3.1	Desnecessidade de aprovação pela assessoria jurídica do órgão participante	887
5.3.2	Participação de órgãos de entes federativos diferentes.....	888
5.4	Contratação direta	888
5.5	Cadastro de reserva.....	889
6	Ata de registro de preços	889
6.1	Aprovação da ata de registro de preços pela assessoria jurídica	891
6.2	Prazo de vigência e prorrogação da ata de registro de preços	892
6.3	Alteração da ata de registro de preços.....	892
7	Cancelamento do registro do fornecedor e do registro de preços.....	893
8	Adesão à ata de registro de preços	893
8.1	Panorama histórico	893
8.2	Inconstitucionalidade da adesão à ata de registro de preços	896
8.3	Limites para a adesão à ata de registro de preços.....	899
8.4	Procedimento para a adesão à ata de registro de preços	900
8.5	Adesão à ata de registro de preços de entidades de esferas federativas distintas	904
8.6	A vedação à adesão à ata de registro de preços municipal	906
8.7	Adesão à ata de registro de preços com o mesmo objeto de ata de registro de preços mantida pelo órgão ou pela entidade.....	907
8.8	Adesão à mesma ata de registro de preços em mais de uma oportunidade pelo mesmo órgão.....	908
8.9	Não é permitido aos órgãos gerenciador e participantes aderirem à ata de registro de preços	908
8.10	Aditivos à ata de registro de preços aderida	909
9	Contrato decorrente de ata de registro de preços.....	909
9.1	Duração dos contratos de prestação de serviços contínuos decorrentes de ata de registro de preços	910

CAPÍTULO 17

	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	911
1	Conceito de contrato administrativo.....	911
2	O fracasso dos contratos administrativos.....	915
3	Contratos regidos por legislação própria	920
4	Princípio da vinculação ao edital em relação aos contratos administrativos.....	923
4.1	Contratação em condições diversas das previstas no edital	923
4.2	Elementos que admitem contratação em condições diversas das obtidas na licitação.....	925
4.3	Contradição involuntária entre o instrumento convocatório e o contrato.....	926
5	Cláusulas contratuais necessárias no regime da Lei n. 14.133/2021.....	927
5.1	Cláusula contratual de matriz de riscos.....	930
6	O conteúdo dos contratos administrativos nas situações em que a legislação dispensa o termo de contrato	932
7	Garantia contratual.....	933
7.1	Espécies de garantia.....	933
7.2	Da conveniência em exigir garantia contratual básica.....	934
7.3	Das modalidades de garantia contratual básica	936
7.4	Limite à garantia contratual básica	937
7.4.1	O valor da garantia nas hipóteses em que o contratado é depositário de bens da Administração	937
7.5	Momento para a apresentação da garantia	938
7.6	Cobertura da garantia.....	940
7.7	Desnecessidade de majoração da garantia em razão de alteração do valor do contrato.....	941
7.8	Substituição da garantia	941
7.9	Restituição da garantia contratual básica.....	942
7.10	Garantia com cláusula de retomada.....	944
7.11	Garantia adicional.....	947
7.11.1	O valor da garantia adicional	948
7.11.2	Inconstitucionalidade da garantia adicional.....	949
8	Direitos autorais sobre projetos ou serviços técnicos especializados	950
8.1	A transferência de direitos autorais deve ser prevista no instrumento de contrato e não se presume.....	950

8.2	A faculdade de não previsão de transferência de direitos autorais nos casos de contratos que envolvam sistemas de informática e equivalentes	951
8.3	Direitos autorais morais e patrimoniais e a previsão de que a Administração pode alterar obra autoral sem a concordância ou a participação do autor	953
9	Meios alternativos de resolução de controvérsias	955
10	A formalização do contrato administrativo	961
10.1	O vencedor da licitação não tem direito ao contrato	961
10.2	A convocação para contratar e os efeitos da recusa do adjudicatário	963
10.3	A forma do contrato administrativo	967
10.4	Contrato escrito e contrato verbal	967
10.5	Instrumento de contrato e outros instrumentos congêneres	969
11	Publicidade do contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).....	971
11.1	Publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a eficácia do contrato e aditamentos	973
11.2	Efeito da não publicação do contrato e aditamentos.....	974

CAPÍTULO 18

DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		977
1	Validade, vigência e eficácia dos contratos administrativos	977
2	Prazo de vigência e prazo de execução	978
3	Contrato por prazo certo e contrato por escopo.....	978
4	A regra geral que vincula a duração dos contratos administrativos aos créditos orçamentários	979
4.1	O prazo de duração referido no artigo 105 da Lei n. 14.133/2021 deve ser interpretado como prazo de execução	982
5	Contratos cujas despesas são previstas no plano plurianual	983
6	Serviços e fornecimentos contínuos, aluguel de equipamentos e programas de informática	983
6.1	Abrangência da exceção	983
6.2	Requisitos para que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos, aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática sejam firmados com previsão de duração inicial superior ao crédito orçamentário.....	984
6.3	Extinção antecipada sem ônus para a Administração.....	986
6.4	Prorrogação de serviços e fornecimentos contínuos	990
6.4.1	Condições para a prorrogação: previsão no edital e manutenção de condições e preços vantajosos para a Administração	991
6.4.2	A prorrogação é ato discricionário e bilateral.....	994
6.4.3	Os requisitos procedimentais para a prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos	995
6.4.4	Prorrogação com efeito de renovação contratual	996
6.4.5	Prorrogação e limites às alterações quantitativas.....	997
6.4.6	A prorrogação do artigo 107 da Lei n. 14.133/2021 não se aplica para os contratos de aluguel de equipamento e utilização de programas de informática	997
6.5	Limites de prazos contratuais específicos.....	998
6.6	Prazo de vigência	999
6.6.1	Prazo de vigência deve ser determinado	999
6.6.2	A prorrogação automática da vigência dos contratos de escopo	1001
6.6.3	Prorrogação de contratos em razão do descumprimento do prazo de execução, com ou sem culpa do contratado	1004
6.6.4	Assinatura de termo aditivo de prorrogação após o término do prazo de vigência.....	1006
7	Duração dos contratos regidos predominantemente pelo direito privado	1009

CAPÍTULO 19

EXECUÇÃO CONTRATUAL		1011
1	Importância da fase de execução do contrato.....	1011
2	O dever da Administração de acompanhar e fiscalizar a execução dos seus contratos.....	1012
3	O gestor e o fiscal do contrato administrativo	1013
4	Atuação e responsabilidade do fiscal	1014
5	A proibição de recusa à designação para atuar na fiscalização de contrato	1018
6	Desvio de função em relação à fiscalização dos contratos administrativos	1020
7	Contratação de terceiro para auxiliar o fiscal do contrato.....	1021
8	O preposto do contratado	1023
9	Subcontratação.....	1024
9.1	Noções gerais.....	1024
9.2	Distinção entre subcontratação e cessão.....	1024
9.3	Condições gerais para a subcontratação	1025
9.4	Impedimento para subcontratação	1026

9.5	A subcontratação não deve abranger as parcelas de maior relevância e de valor significativo do contrato	1028
9.6	Pagamento direto à subcontratada	1030
10	Recebimento	1032
10.1	Procedimento para o recebimento provisório e definitivo	1034
11	Pagamento	1035
11.1	Pagamento de parte incontroversa	1036
11.2	Pagamento antecipado	1037
12	A situação de irregularidade fiscal ou previdenciária não autoriza a retenção do pagamento devido pelos serviços executados	1040
13	O registro no Cadin não impede a contratação e não autoriza a retenção do pagamento devido pelos serviços executados	1043
14	Medidas diante da possibilidade de responsabilização da Administração pelo inadimplemento trabalhista e previdenciário do contratado em terceirização de serviços com dedicação exclusiva de pessoal	1045
15	Conta vinculada e pagamento pelo fato gerador	1051
16	Remuneração variável	1052
17	Os pagamentos devem ser realizados de acordo com a ordem cronológica de exigibilidade das faturas	1054
18	O direito subjetivo dos contratos de exigir que os pagamentos sejam realizados de acordo com a ordem cronológica de exigibilidade das faturas	1057

CAPÍTULO 20

ALTERAÇÃO INCIDENTE SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

ADMINISTRATIVO	1063	
1	Alteração contratual unilateral como expressão da supremacia do interesse público	1063
2	Alteração contratual é exceção	1063
3	Alterações contratuais provocadas por fatos novos e imprevisíveis e para corrigir defeitos do projeto básico ou documento equivalente	1064
4	Alteração contratual não pode transfigurar o objeto do contrato	1067
5	Alterações quantitativas e qualitativas	1069
6	Limites às alterações unilaterais quantitativas	1072
7	Limites às alterações consensuais quantitativas e às alterações qualitativas	1074
7.1	Crítica à Decisão n. 125/199, do Plenário, do Tribunal de Contas da União	1077
8	Proibição de compensação entre acréscimos e supressões	1082
9	Alterações contratuais provocadas por equivocado dimensionamento de quantitativos em regime de empreitada por preço global	1084
10	Alterações contratuais em contratação integrada e semi-integrada	1090
11	Relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base para aditivos que importam ingresso de novos itens	1093
12	Diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência	1094
13	Limites às alterações contratuais em contratos cujos quantitativos e valores são meramente estimados	1096
14	Os limites às alterações devem ser calculados de acordo com o parâmetro de julgamento	1098
15	Alteração contratual e direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato ..	1099
16	Indenização em caso de supressão do objeto	1100
17	Formalização da alteração contratual	1101
18	Antecipação dos efeitos da alteração contratual	1102
18.1	Considerações introdutórias	1102
18.2	Formalização da antecipação dos efeitos da alteração contratual	1107
18.3	A antecipação dos efeitos da alteração contratual e os direitos patrimoniais do contratado	1109

CAPÍTULO 21

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

ADMINISTRATIVO	1113	
1	Direito constitucional ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos	1113
1.1	Limitações decorrentes do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal sobre a competência do Poder Legislativo e da Administração Pública para dispor sobre o direito ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos	1114
1.1.1	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro vale para todos os contratos da Administração Pública	1114
1.1.2	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato é de todas as partes contratantes	1115
1.1.3	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro como reserva de proteção ao contratado em face da superioridade da Administração ..	1116

1.1.4	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro não depende da inviabilização do contrato ou do contratado passar a incorrer em prejuízo.....	1117
1.1.5	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro é referente ao momento da apresentação da proposta.....	1117
1.1.6	Implicação constitucional: não deve haver hiatos de desequilíbrio econômico-financeiro.....	1117
2	A conformação do equilíbrio econômico-financeiro por meio da Lei n. 14.133/2021.....	1118
2.1	A abrangência da sistemática da Lei n. 14.133/2021 sobre equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.....	1118
2.2	O reconhecimento legal do direito ao equilíbrio econômico-financeiro como reserva de proteção ao contratado em face da superioridade da Administração.....	1118
2.3	Instrumentos da Lei n. 14.133/2021 para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.....	1119
3	A conformação do equilíbrio econômico-financeiro por parte da Administração por meio da matriz de riscos.....	1120
4	Reajuste.....	1124
4.1	Conceito de reajuste.....	1124
4.2	A Administração deve dispor de critério de reajuste no edital e no contrato.....	1124
4.3	Ausência de previsão de reajuste no edital e no contrato.....	1125
4.4	Periodicidade mínima a contar da data do orçamento estimado.....	1128
4.5	Reajuste deve ser concedido de ofício.....	1129
4.6	Pagamento do reajuste retroativo caso a Administração o reconheça posteriormente.....	1130
4.7	Reajuste anterior à assinatura do contrato.....	1131
4.8	Forma de reajustamento.....	1132
5	Repactuação.....	1133
5.1	Conceito de repactuação.....	1133
5.2	Demonstração analítica de aumento dos custos.....	1135
5.3	Fragmentação da repactuação em relação aos custos de mercado e aos custos de mão de obra.....	1137
5.4	Fragmentação da repactuação em contratos que envolvem mais de uma categoria profissional.....	1138
5.5	Procedimento para a repactuação.....	1138
5.6	Efeitos retroativos da repactuação.....	1139
6	Revisão.....	1140
6.1	Conceito de revisão.....	1140
6.2	Revisão não depende de autorização em edital ou em contrato.....	1141
6.3	Não há periodicidade mínima para a revisão.....	1141
6.4	Pressupostos para a revisão do contrato.....	1141
6.4.1	Considerações gerais.....	1141
6.4.2	Majoração dos encargos do contratado em decorrência de ato ou fato da Administração contratante.....	1142
6.4.3	Teoria da imprevisão.....	1143
6.4.3.1	A teoria da imprevisão da Lei n. 14.133/2021 é substancialmente diferente da teoria da previsão do Código Civil.....	1144
6.4.3.2	Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior e fato do príncipe.....	1145
6.4.4	O desequilíbrio econômico-financeiro pressupõe evento que causa impacto na equação econômico-financeira.....	1147
6.5	A revisão contratual não deve ser concedida de ofício.....	1151
6.6	Efeitos do reconhecimento do direito à revisão.....	1151
6.7	Revisão anterior à assinatura do contrato.....	1152
6.8	Procedimento para a revisão.....	1153
6.9	A apuração do novo preço do contrato decorrente da revisão.....	1154
7	O fim da vigência contratual ou a celebração do termo aditivo de prorrogação importam na preclusão do direito ao equilíbrio econômico-financeiro.....	1155
8	Preclusão lógica, boa-fé contratual e <i>venire contra factum proprium</i> em relação aos aditivos contratuais.....	1161

CAPÍTULO 22

	EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	1165
1	Extinção normal e anormal dos contratos administrativos.....	1165
2	Nulidade.....	1165
2.1	A nulidade não exonera a Administração da obrigação de indenizar o contratado.....	1168
2.2	Demais hipóteses de extinção anormal do contrato administrativo prescritas na Lei n. 14.133/2021.....	1172
3	Hipóteses de extinção administrativa.....	1173
3.1	Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais.....	1173
3.2	Desatendimento das determinações regulares do fiscal ou do gestor do contrato.....	1173

3.3	Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada	1174
3.4	Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado	1174
3.5	Caso fortuito e força maior	1175
3.6	Atraso na licença ambiental e liberação de área ou alteração substancial de projeto dela resultante.....	1176
3.7	Interesse público	1178
3.8	Descumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz	1178
4	Processo administrativo para a extinção no interesse da Administração	1179
5	Efeitos da extinção administrativa.....	1182
6	Hipóteses de extinção judicial	1185
6.1	Supressão unilateral acima do limite legal	1185
6.2	Suspensão da execução do contrato	1186
6.3	Exceção do contrato não cumprido	1189
6.4	Não liberação pela Administração de condições a cargo dela para a execução do contrato	1191
7	Efeitos da extinção judicial ou por arbitragem	1192
8	Os efeitos da extinção de contrato fundada em interesse público	1194
9	Extinção consensual	1195
10	Extinção anormal do contrato administrativo por meio de condição resolutiva, inclusive com previsão em matriz de riscos	1198

CAPÍTULO 23

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS EM LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO

ADMINISTRATIVO.....	1201	
1	Noções gerais.....	1201
2	Advertência	1202
3	Multa	1204
3.1	Noções gerais.....	1204
3.2	Multa moratória e compensatória.....	1205
3.3	Limites e parâmetros para a fixação das multas.....	1207
3.4	Aplicação da multa	1209
3.5	Parcelamento dos valores devidos a título de multa	1210
4	Impedimento de licitar e contratar.....	1211
5	Declaração de inidoneidade	1211
5.1	A alternativa entre o impedimento de licitar e o impedimento de contratar.....	1211
5.2	Declaração de inidoneidade é sanção de dimensão nacional	1213
6	Tipicidade.....	1215
6.1	A correlação apriorística dos tipos abertos com as sanções	1216
7	Proporcionalidade e dosimetria.....	1217
8	Processo administrativo	1225
9	Reabilitação	1231
10	Desconsideração da personalidade jurídica	1233
11	Efeitos das penalidades sobre contratos firmados anteriormente	1235
REFERÊNCIAS.....	1239	